

O SR. GOVERNADOR - O que os senhores ouviram é uma série de assuntos importantes e que não poderiam ser esquecidos, mesmo com o caráter breve desta reunião.

A questão de vencimentos vai constituir-se em objeto de análise de um grupo de trabalho do Governo, com a participação de todos os órgãos interessados, a fim de que possamos resolvê-la de uma vez para sempre. Não é uma questão de aumento de vencimentos do funcionalismo, mas sim dos cargos de comissão, sobretudo.

O Dr. Ary vai ler para os senhores um Decreto sobre o assunto.

O SR. ARY DEMOSTHENES DE ALMEIDA - O Senhor Governador recomendou que se fizesse um Decreto estabelecendo normas para exercício de servidores públicos estaduais em órgãos estranhos às suas respectivas lotações, e pede que o mesmo seja lido aqui para os senhores. O Decreto tem o seguinte teor: (Lê):

DECRETO nº 307, DE 18 DE JUNHO DE 1964.

Estabelece normas para o exercício de servidores públicos estaduais em órgãos estranhos às suas respectivas lotações e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas prerrogativas constitucionais. DECRETA:-

Art. 1º - Sem expressa autorização governamental, nenhum servidor público estadual, de qualquer categoria ou condição, poderá ter exercício em órgão estranho à respectiva lotação.

§ 1º - O órgão interessado nos préstimos de servidores estranhos ao seu quadro de pessoal, justificará a sua pretensão com pormenorizada exposição de motivos.

§ 2º - Para a disposição do servidor requisitado, a autorização governamental estabelecerá prazo e fim determinado.

Art. 2º - Ficam revogados todos os atos que hajam posto servidores públicos estaduais à disposição de órgãos federais e municipais, de outros Estados e do Distrito Federal, e os que determinaram o exercício de servidores em repartições estaduais / diversas das suas lotações.

§ 1º - Os órgãos estaduais, que tenham à sua disposição servidores estranhos ao seu quadro de pessoal, deverão apre-

14
apresentá-los às repartições em que forem lotados, dentro do prazo de dez (10) dias, a contar da data da publicação deste decreto, especificando as funções por eles desempenhadas.

§ 2º - Findo o prazo estipulado no parágrafo anterior, os servidores que não reassumirem, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, o desempenho das suas funções nos órgãos em que forem lotados, serão processados por abandono de cargo, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 3º - O disposto neste decreto não se aplica aos servidores que se encontram à disposição de inquéritos policiais militares nem aos que exerçam cargos em comissão ou percebam gratificação de representação ou de função, no serviço público estadual.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, Em Goiânia,
aos 18 de junho de 1964, 76ª da República.

MAURO BORGES TEIXEIRA

Ary Demosthenes de Almeida

Archimedes Pereira Lima

Clotário de Freitas

Deusdedit Kunigel Cardoso d'Ávila

Irineu Borges do Nascimento

José Sebba

Rivadavia Xavier Nunes

Rubens Carneiro dos Santos

Sebastião Arantes

Silvio Gomes de Melo Filho

O SR GOVERNADOR - Provavelmente na próxima semana teremos outra reunião, e peço que cada um dos senhores analise os seus problemas que tenham interrelação com os demais, não os problemas específicos, para nós os debatermos.

Não podemos, de pronto, estabelecer prioridade, porque a reunião, apesar de longa, nem sempre dá para que todos exponham os seus pensamentos.

Portanto, é bom que, aqueles que querem falar, façam sua inscrição, no começo da próxima semana, com o Secretário do

Governo pois, como sempre acontece, não há prazo para todos exporem. Assim sendo, êsses que se inscrevem, ficam automaticamente / indicados para as reuniões subsequentes.

Devemos considerar também que é sempre útil ouvir, / dos nossos colaboradores, exposições da marcha dos seus serviços.

Há órgãos aqui que estão há muito tempo em silêncio, e o conjunto da equipa não sabe como estão se passando as coisas por lá. É bom que isso seja dito aqui, para que todos participem das dificuldades, da euforia, da satisfação ou da realização das metas programadas.

De maneira que vamos interromper a reunião agora. Teremos um intervalo de uns cinco minutos para que entrem algumas pessoas que vão participar da posse daqueles que vão tomá-las agora.

Muito obrigado.

F I M

Dia 22 Abril 1964

Esquema de entrevista coletiva

Introdução

- Esforços de manter clima de elevação política desde a campanha de 1960
- Papel das oposições
- A ação não pode ser unilateral
- alteração do clima na nova legislatura
- Não gosto de uma campanha de antagonismo
- Não gosto de uma campanha política
- Gosto de prestar contas ao povo da delegação que me colocou para promover o seu progresso e bem estar social
- Hoje por força das circunstâncias, estou aqui para falar assuntos políticos
- A campanha de mentiras e de ódios promovida pelo Dep Estadual Caiado, alguns hebreus e outros provocou desassossegos

É necessário que, sem perda do espírito de justiça e da compostura, em o desmascarar. (α)

- Todos os políticos de Goiás evoluem uns mais outros menos, só eu não evolui - o ~~depois~~
Parece um animal pré-histórico um dinossauro político.

- É um homem sem nenhuma mensagem ao povo - continua ser o senhor feudal da fazenda de tesoura e Arica.

- Homem frustrado na carreira de galã cinematográfico.
Frustrado na vontade de ser governador do Estado e frustrado como líder de oposição.

- Posição oportunista em Agosto de 1961

- Posição de poltrão e oportunista em Março de 1964

Gostaria ~~condusar~~

Enfim temos sido fiéis aos nossos
ideais, nos atos e nas palavras
tomei posições de luta em Agosto

- de 61 e em Janeiro de 64

Não fugui na covardia do oportu-
nismo vendo o lado que
me ganhava. Afundei a
balança pendendo para um
lado com muita decisão

- Não estei no governo por favor
do alto comando revolucionário
pois fui eleito por maioria
esmagadora pelo povo goiano
e fui o 2º governador
a tomar posições no lado
da revolução.

Apesar de todos que
me apoiaram naque-
le transe difícil

x temos feito os destinos da Revolução por aqui
Perguntas / temos feito na Guerra Civil

Apesar de revolução não é ao lado
do povo acalorados duas de
seus membros da proclamação

o fundamento de todas as minhas posi-
ções contra mim é de que
fui comunista

- Os meus manifestos e proclama-
mentos e conduta dizem
o contrário: se o fosse
não teria medo de dizê-lo

- O que fui e sou é um na-
cionalista puro, um reformista
cristão.

- Para maior clareza quero reme-
morar alguns fatos que atestam
minha acção.

- (ver papel datilografado)

Ordem de Serviço Nº 479-A (Circular)
Goiânia, 16 de setembro, 1963

ABSOLUTAMENTE RESERVADA

Do Sr. Governador do Estado
Ao Sr. Chefe da Sala de Imprensa

Sr. Chefe:

Como é sabido, o Governo do Estado de Goiás dispõe, dentro em breve, de um jornal diário, de uma gráfica, agência de propaganda, além de outros órgãos como a Rádio Brasil Central, Diário Oficial e Instituto de Cultura Popular, que já se encontram em atuação, todos eles pertencentes ao Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado - CERNE -. Numa linha de aproximação do povo goiano com o seu Governo e do Governo com o povo, os veículos de atuação do CERNE deverão levar uma mensagem programática caracterizando a nova fronteira humana que se instala em Goiás.

Não só ao CERNE é importante a definição clara e precisa desta mensagem. Lembro-lhe que é de suma importância para o Governo a integração de toda a equipe governamental dentro das linhas gerais de uma "filosofia do Governo".

Ultimamente, com o acirramento da luta entre as diversas correntes ideológicas, caracterizando as sucessivas crises nacionais e, face à existência no Governo, de elementos integrantes das mais variadas linhas de pensamento humano, é absolutamente inadiável a definição desta filosofia.

Tragará ela um pensamento e uma mensagem que unirá todos os auxiliares do Governo dentro dos mesmos propósitos, com maior rendimento, evitando tomada de posições contraditórias e prejudiciais à causa comum que deve animar a equipe governamental.

A fim de traçarmos as linhas mestras que caracterizarão esta mensagem, o Governo do Estado pretende estabelecer a "filosofia do Governo", partindo de dados fornecidos pela base que compõe toda a máquina administrativa do Estado.

Portanto, solicito a compreensão de V.S. para a grande importância desta definição do Governo e peço-lhe as respostas mais claras possíveis ao questionário anexo e o seu envio à Governadoria, dentro do prazo de 6 (seis) dias.


Mauro Borges Teixeira
Governador do Estado

Devil

QUESTIONÁRIO

1. - Que vantagens vê V.S. num Governo Planejado ?
2. - Acha V.S. que o Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás cumpre a função de um Governo Planejado ? Está em função de uma promoção de homem ? Tem condições de modificar as relações humanas na convivência social do Estado ? Por que ?
3. - Acha V.S. que a atual organização administrativa do Estado atende ao seu desenvolvimento ? Quais os órgãos falhos e como acertar este quadro ?
4. - Dentro d' este quadro administrativo, em que órgãos deveria ser concentrada a atuação do Governo para obter uma aceleração no progresso do Estado ? Por que ?
5. - Dentro do órgão que V.S. dirige, quais os setores prioritários e quais tem / sido atacados ? Por que ?
6. - Quais os entraves encontrados para melhor rendimento do plano de trabalho, / no setor de V.S. ?
7. - Acha V.S. que se faz atualmente em Goiás um Governo Municipalista ? Por que ?
8. - Na opinião de V.S., existiriam autarquias e empresas de economia criadas pelo Estado que poderiam ser dispensáveis ? Quais e por que ?
9. - Quais as principais possibilidades de desenvolvimento econômico de nosso Estado ? Agricultura, Pecuária, Industrialização ? Neste último caso, quais as indústrias ?
10. - No atual estágio econômico de nosso Estado, pode-se deixar a cargo da livre iniciativa, o desenvolvimento do mesmo ou haveria necessidade de se criar autarquias ou órgãos de economia mista ? Exemplifique ?
11. - Interessa para o desenvolvimento do nosso Estado, empréstimos internacionais ? Segundo suas origens, devem ser selecionados ? Por que ?
12. - Acha V.S. que esses empréstimos trariam riscos à autonomia dos Estados e soberania do País ? Por que ?
13. - Julga V.S. que o direito constitucional que tem os Estados de negociar diretamente com os países estrangeiros deve sofrer restrições por parte do Governo Federal, ou não ? Por que ?
14. - Devemos estimular a instalação de empresas estrangeiras no Estado ? Por que ? Em que setores ?
15. - Acha V.S. que o Governo deve participar, através de manifestações públicas, pronunciamentos e publicidade, das lutas que se travam nacionalmente, como / as das Reformas de Base ? Por que ?
16. - Dentre duas correntes básicas que existem no País, uma conservadora e outra reformadora, em qual está enquadrada o atual Governo de Goiás ? no seu entender, onde deveria estar ? Por que ?

-
17. - Acha V.S. que há agitação de opinião pública em âmbito nacional ? Quais seriam as razões e as finalidades ?
 18. - O regime em que vivemos é de Democracia Representativa ? O que falta para se completar ?
 19. - O voto do analfabeto é um aperfeiçoamento do regime democrático ? No seu entender, qual seria a solução atual para este problema ?
 20. - Acha V.S. que há necessidade de uma Reforma Agrária no País ? Por que ? Como deve ser feita e por que ?
 21. - Face ao movimento de associação e sindicatização do homem do campo e da cidade, como aos conflitos que surgem daí, qual acha V.S. deve ser a posição do Governo do Estado, através de seus órgãos competentes ?
 22. - Acha V.S. que o empregado deve participar no lucro e na gestão das empresas ? Se tanto, o Governo deveria dar exemplo através de seus órgãos de economia / mista ?
 23. - A educação deve ser um direito de todo o povo ? Sabendo-se que a grande parcela não tem meios próprios, o Governo deve auxiliar o ensino particular ou ter sua rede própria de escolas ? Por que ?
 24. - Dentro dos graus de ensino: primário, secundário, técnico e universitário, quais pela ordem devem merecer preferências para uma ação mais efetiva do Governo ?
 25. - Como vê V.S. a situação nacional e suas implicações em plano internacional, principalmente na esfera latino-americana ? E a atuação do Governo do Estado diante dessa situação ?



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE

Edifício Moacir Teles, 4º andar (Praça do Bandeirante) Goiânia - Go.

Of. n. CERNE/GS/278/63

Em 1º/10/63

Do: Superintendente do CERNE

Ao: Senhor Governador do Estado

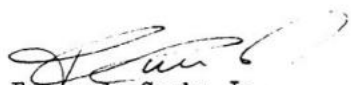
Ass.: Responde Ordem de Serviço nº 479-A

Senhor Governador,

Tenho a grata satisfação de encaminhar a Vossa Excelência o anexo expediente, através do qual esta Superintendência responde a todas as perguntas formuladas pelo Chefe do Governo via da Ordem de Serviço nº 479-A, de 16 de setembro do corrente, que é nesta data devolvida.

2. Convém ressaltar que o documento em questão - foi elaborado em equipe, com a participação de todos os Diretores do CERNE que entre si debateram as questões propostas - para o levantamento de um senso comum, em face dos aludidos - problemas.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e elevado apreço.


Fernando Cunha Jr.

Superintendente

Exmo. Sr.

Ten-Cel. Mauro Borges Teixeira

DD. Governador do Estado

N E S T A



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE

Edifício Moacir Teles, 4.º andar (Praça do Bandeirante) Goiânia - Go.

ABSOLUTAMENTE RESERVADO:

Of. n.

Em

QUESTIONÁRIO

Do:

Fls. 1

Ao:

Ass:

1. Que vantagens vê V. S. num Governo Planejado?

Partimos do princípio de que o planejamento tem o poder de abrir maiores perspectivas de êxito para qualquer atividade. Segundo entendemos, o planejamento requer providências que, isoladamente ou em conjunto, valem todo um bem organizado processo administrativo, permitindo que, mais depressa, mais harmonicamente, mais efetivamente, sejam atingidos os objetivos desejados. Concebemos o planejamento de acordo com o seguinte esquema básico:

1. pesquisas de necessidades e identificação de realidades;
2. escalonamento de prioridades;
3. estudo e criação de soluções;
4. mobilização de recursos;
5. execução; e
6. revisões, adaptações, crítica, avaliação de resultados e aprimoramentos periódicos.

Sómente o planejamento dinâmico conforme roteiro acima proposto e que admita - importantíssimo - pela sua flexibilidade, as providências do item n. 6, pode permitir à administração a consecução plena de seus objetivos desenvolvimentistas. Governo planejado representa administração consciente e disciplinada. O planejamento permite a concentração e a dinamização do poder realizador do Governo, confere unidade de ação em favor de objetivos identificados e viáveis, racionalizando a aplicação de recursos. Finalmente, constitui obrigação inalienável dos administradores bem intencionados.

2. Acha V. S. que o Planejamento, digo, o Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás cumpre a função de um Governo Planejado? Está em função de uma promoção do homem? Tem condições de modificar as relações humanas na convivência social do Estado? Por que?

Subjetivamente, é um espelho real do Governo Planejado em função de uma promoção humana. Objetivamente, apresenta boa dose de eficiência e de vantagens sobre o empirismo e a ausência de autêntico conteúdo popular da ação dos Governos passados. Revela, no entanto, deficiências (superáveis, umas; outras, inevitáveis) que o invalidam, em grande parte, como instrumento concreto de criação de condições de bem estar do homem goiano, ao nível das necessidades sociais do Estado.

Em termos de ação, o Plano não é uma ~~realidade~~ ^{realidade} unitária que corresponda à vida orgânica do povo nos seus aspectos básicos; Há uma justaposição de setores em que inexiste um princípio de ação necessária ou suficiente, em relação ao todo (e isto, com grande desgaste de energias materiais e humanas) por falta de uma consciência clara que engendre, de maneira funcional, uma posição ideológica do Governo.

Consequentemente, está faltando, na execução do Plano, lucidez de objetivos comuns e coragem de opções consecuentes que, em face da realidade conhecida técnica e cientificamente, possibilitem uma ação prioritária consciente e, ao mesmo tempo, orgânica.

Dentro da ausência de recursos humanos, técnicos e ideológicos adequados, o Plano corre o perigo de servir a interesses ilegítimos ou a ação impressionista, desviando-se desta maneira do seu objetivo único que é o homem social.

Pioneiro, e anostando com dificuldades polivalentes, o Plano MB reduz (como se apresenta sendo concretizado) as possibilidades evidentes de mo



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE

Edifício Moacir Teles, 4º andar (Praça do Bandeirante) Goiânia - Go.

Of. n.

Em

fls. 2

Do:

Ao:

Ass.:

edificar as relações humanas, na convivência social do Estado. Não se espera, é óbvio, que ele as modifique por completo, mas que, reeducando com inteligência, clareza e coragem a promoção humana, atinja, eficazmente, a vida coletiva do Estado e deixo, em suas bases fundamentais, as linhas de um novo tipo de relações, autenticamente humanas, que devem formar e informar a convivência social goiana, no futuro (próximo).

3. Acha V. S. que a atual organização administrativa do Estado atende ao seu desenvolvimento? Quais os órgãos falhos e como acertar esse quadro?

Não. A atual organização administrativa do Estado, em que pese o grande número de Secretarias, Autarquias, Sociedades de Economia mista e, talvez em razão mesmo do grande número de órgãos, funciona, ao que nos parece, como um todo desarmonioso, com freqüentes choques em suas diversas áreas de ação, com reais e profundos prejuízos para o desenvolvimento que experimenta o Estado de Goiás.

Próximamente, não existem órgãos falhos... mas, acreditamos, uma estrutura não condizente com o atual surto desenvolvimentista da política do Governo. Somos daqueles que acreditam que uma reformulação do problema seria de todo necessária, suprimindo-se alguns órgãos cujas finalidades principais foram cobertas por força da criação de Autarquias e Sociedades de Economia Mista. Exemplifiquemos: a Secretaria de Viação e Obras Públicas com a criação da Superintendência do Plano de Desenvolvimento (SUPDE) ficou praticamente reduzida à orientação e execução de obras de pequeno porte, tais como reformas de grupos escolares e outros prédios públicos. É de interesse que a SUPDE dirija sua atividade aplicando o dinheiro a si esses encargos. A Secretaria do Governo, por força de sua própria estrutura, chamou para sua área muito da política governamental, função anteriormente atribuída à Secretaria do Interior e Justiça. Ali, também, nos parece, seria de todo conveniente uma análise do problema, já que também o Departamento Penitenciário, com a criação da CEPALGO, teve sua atuação muito limitada. O Serviço de Assistência a Menores, da Secretaria do Interior, transferiu-se para a Secretaria da Educação e Cultura, como Serviço Social do Menor. Restou, pois, à Secretaria do Interior e Justiça, o controle administrativo do Ministério Público. Outro órgão da Administração Central, grandemente amputado, foi a Secretaria da Agricultura, com a criação do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), a quem foi confiado o problema da terra e, inclusive, a ingerência no problema da pecuária, conforme se vê da própria mensagem do Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Estado, em princípios desse ano. Outros órgãos como a Companhia de Irrigação e Sítios do Estado de Goiás (CISGO) e a Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO) invadiram áreas anteriormente da Secretaria da Agricultura. A Secretaria da Indústria e Comércio até hoje não foi instalada, deixando patente a sua pouca importância para o Estado cuja principal produção se encontra na agricultura e pecuária. A Secretaria do Trabalho e Ação Social, pela vital importância que tem o trabalhador, seja urbano ou rural, tem de representar, nos dias atuais, um papel de maior importância. Necessário se faz, então, que o Governo volte-lhe as vistas, oferecendo-lhe meios para cumprir um programa de trabalho de alta abrangência. A política do Banco do Estado de Goiás, pela ajuda que esse órgão poderia oferecer ao Governo (vejamos os exemplos dos Bancos dos Estados de São Paulo e Guanabara), chama por maior elasticidade e maior liberdade, em termos de crédito, a grande importância de estabelecimentos antes de mesmo nome. Outros órgãos, pela sua



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE

Edifício Moacir Teles, 4º andar (Praça do Bandeirante) Goiânia - Go.

Of. n.

Em _____

Do:

218.1

Ao:

Ass:

perência pioneira que representam, necessitam de amadurecimento para que se possa fazer uma análise de suas falhas.

4. Dentro desse quadro administrativo, em que órgãos deveria ser concentrada a atuação do Governo para obter uma aceleração no progresso do Estado? Por que?

A aceleração do progresso do Estado, no regime capitalista em que vivemos, repousa o seu alicerce nos recursos financeiros de que possa dispor o Governo para enfrentar as soluções de uma grande soma de problemas. E como, no caso do Estado de Goiás, conseguir estes recursos, além as verbas oriundas do Orçamento da União, empréstimos bancários, ajudas e convênios? Através de uma dinâmica política arrojada, solicitando do Banco do Estado de Goiás uma parcela de colaboração à política administrativa do Governo, com o aumento dos depósitos bancários, a ajuda à iniciativa privada no campo das pequenas indústrias, da pecuária e da agricultura, estimulando, através de subsídios e planejamento, a que ninguém falte ao pagamento de impostos; com a intensificação das atividades dos órgãos de infra-estrutura (CEIG, CARIAGO, CASRGO, IETAGO, INBAGO, etc), e que possibilitem, inclusive, maior canalização de recursos a órgãos mais rentáveis, como a Secretaria do Trabalho, por exemplo.

5. Dentro do órgão que V. S. dirige, quais os setores prioritários e quais têm sido atacados? Por que?

Rigorosamente, não haveria escalonamento de prioridades, nos órgãos que compõem ou compoem o CERNE. As grandes dificuldades surgidas, porém, no setor financeiro, burocrático e notadamente de elemento humano, fez com que naturalmente se organizasse uma escala prioritária, a fim de que pudesse a autarquia funcionar da melhor maneira possível. E isto ocorreu, principalmente porque não deram tempo ao CERNE de se organizar, a fim de cumprir sua missão. Antes que se pudesse empreender a reorganização e o reequipamento da Rádio Brasil Central, já se exigia, os diversos setores da administração, uma atuação efetiva da emissora, que na maioria dos casos não satisfaz as necessidades, porque não havia condições. E no setor de jornal a mesma coisa aconteceu. Antes que se pudesse lançar o Diário de Goiás e, partindo daí, o surgimento de uma agência noticiosa e todo o sistema de cobertura jornalística do Governo, foi necessário adotar-se um processo inverso, organizando-se toda uma máquina de divulgação, embora sem o seu órgão alvo, que será o Diário de Goiás. Foi dado, assim, absoluta prioridade à Rádio Brasil Central e ao setor jornal a fim de que, com o funcionamento da Rádio, da agência de notícias, do Diário Oficial Noticiário (até que possa rodar o Diário de Goiás), possam os referidos órgãos dar um toque de grande divulgação que o Estado está a necessitar. Superada a primeira fase de prioridade, procuramos atualizar a estruturação administrativa da autarquia, da mesma forma que instalar as demais empresas que formam o Consórcio. Assim, já se encontram em fase de instalação a Agência de Propaganda, o Serviço Censatográfico e o Diário de Goiás, que, juntando-se ao Diário Oficial, à Indústria Gráfica, à Rádio Brasil Central e ao Instituto de Cultura Popular, propiciará o funcionamento do CERNE em quase sua plenitude. O programa de instalação de TV, dada a importância que tem que ser dada, foi adiado para o próximo ano, embora todas as providências preliminares já tenham sido tomadas (concessão da canal, orçamentos, etc.).



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE

Edifício Moacir Teles, 4º andar (Praça do Bandeirante) Goiânia - Go.

Of. n.

Em

Do:

fls. 4

Ao:

Ass.

6. Quais os entraves encontrados para melhor rendimento do plano de trabalho no setor de V.S.?

O primeiro grande entrave encontrado foi o burocrático. A burocracia emperrada, faz com que a maioria das providências sejam retardadas, a ponto de causar enormes prejuízos à estruturação de qualquer organismo. Vamos citar alguns exemplos:

1- O decreto de regulamentação do CERNE, cujos planos originais foram entregues à Consultoria Jurídica nos primeiros dias de janeiro, só foi publicado em 30 de abril, o que equivale a dizer, 4 meses após, embora toda a luta desenvolvida para o rápido andamento do processo; e somente com o decreto de regulamentação, poderia ser o CERNE oficialmente organizado, uma vez que a lei que o criou (Lei nº 4.034/62), não prevê explicitamente a criação de órgãos, nem é clara quanto à estrutura da autarquia.

2- A transferência do Departamento Estadual de Imprensa para o CERNE, que será o meio mais efetivo de sustentação financeira da autarquia, que foi resolvida em outubro de 1.962, até hoje ainda não se efetivou.

O Projeto apresentando tucado pela Assembleia Legislativa.

3- A transferência da Rádio Brasil Central, igualmente, até hoje não se efetivou, trançando o processo pelo Conselho Nacional de Telecomunicações.

A par de excesso de burocracia, temos encontrado um sério entrave na situação financeira da maioria dos órgãos autônomos e na quase total e absoluta inexistência dos recursos desses órgãos, (e sociedade de economia mista), o exemplo do CERNE. A grande maioria dos órgãos do CERNE tem que fazer propaganda e divulgação de todos os órgãos da autarquia, como o nosso trabalho não fosse altamente dispendioso.

E outra grande parcela acha que gastar dinheiro com propaganda é absurdo, que o Estado e seus órgãos não precisam de propaganda. Um exemplo claro desse estado de coisas é o Banco do Estado de Goiás, que naturalmente deveria ser o principal sustentáculo da publicidade do Governo, e que até hoje não paga uma parcela sequer, de propaganda ao CERNE. O Banco é apenas um exemplo, pois efetivamente apenas encontramos a compreensão dos seguintes órgãos: Poderia do Estado, CENIC, DRS, e CENSO. Todos os demais se negaram e se negam a contribuir. E deve-se salientar que se chega a alguns milhões, mensalmente, as despesas feitas com a sustentação de todo um sistema de divulgação dos órgãos do Governo, sem que os citados órgãos - embora diversas ordens de serviço do Governador - tivessem concordado em pagar pelo menos o mínimo necessário para fazer face às despesas efetuadas. Esse estado de coisas, porém, esperamos chegue a um fim, tão logo se complete a instalação da agência de Propaganda, uma vez que por exigência legal, todas as verbas de propaganda do Estado, sociedades de economia mista e autarquias deverão ser entregues ao CERNE para sua consequente aplicação.

A ausência de elemento humano, especializado, tem sido outra vez de dificuldade encontrada. A Agência de Propaganda somente agora está se organizando porque não se encontrava elemento humano especializado. Finalmente, tem sido prejudicial o rendimento do nosso trabalho a luta de luta que é feita contra o CERNE, partidos principalmente dos órgãos de divulgação desta Capital e das oposições na Assembleia Legislativa. Esse combate encontra seus pontos ponderáveis do Governo, fazendo com que a nossa frente surjam entraves de toda natureza, principalmente em setores de ...



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE

Edifício Moacir Teles, 4º andar (Praça do Bandeirante) Goiânia - Go.

Of. n.

Em _____

fls. 5

Do:

Ao:

Ass.:

Governo, que sómente tem sido possível remover, graças a firmeza com que o Governador tem tratado as coisas do CERNE e o apóio que tem sido dado para sua concretização.

7- Acha V.S. que se faz atualmente em Goiás um Governo Municipalista? Por quê?

Em parte sim. Entendemos ser municipalismo a valorização das comunas, reconhecendo-lhes a sua legítima posição básica na organização política da Nação. O municipalismo se caracteriza pela autonomia administrativa, capacidade de desenvolvimento econômico e integral liberdade de ação na solução de problemas de interesse público. Não existe o verdadeiro municipalismo com a atual Constituição Federal, que também nesse aspecto, está carecendo urgentemente de reforma, notadamente na discriminação de rendas. Nestas condições, o que geralmente há - e é isto uma verdade incontestável - é paternalismo da União, ou do Estado, dando subvenção, concedendo empréstimos ou auxílios paliativos para os grandes problemas da maioria absoluta dos municípios brasileiros. Assim, se se entender que a presença do Estado, com obras de saneamento, escolares, comunicações, transportes, etc., seja municipalismo, em Goiás, atualmente há Governo municipalista, porque tem a maioria de suas obras públicas nos municípios, em convênio com os mesmos. Destaca-se nesse aspecto positivo do municipalismo em Goiás, a existência do Consórcio Rodoviário Intermunicipal, cujo trabalho tem levado aos municípios benefícios valiosos no setor rodoviário, já que se constitui da associação de recursos em torno de um fim, sem o que não seria possível aos municípios dispor do equipamento que ora contam.

8- Na opinião de V.S. existiriam autarquias e empresas de economia mista criadas pelo Estado que poderiam ser dispensáveis? Quais? Por quê?

Não. O que caracteriza as vantagens da criação de empresas de economia mista e autarquias em grande número é exatamente a descentralização da administração pública e a conseguinte melhor distribuição de obrigações, ainda com a vantagem de, se as responsabilidades são distribuídas em setores, esses setores naturalmente se especializam, especialização que é facilitada pela especificidade de tais órgãos. Nessa perspectiva, desde que se especifique racionalmente, autarquias e empresas de economia mista sempre são vantagens para o Estado.

9- Quais as principais possibilidades de desenvolvimento econômico de nosso Estado? Agricultura, Pecuária, Industrialização? Neste último caso, quais as indústrias?

O Estado de Goiás é constituído de uma imensa área que atualmente torna-se anti-econômico transformar em terras agricultáveis, haja visto o alto custo de adubos e do processamento para atingir esse desideratum. Todavia, a maioria dessas áreas é constituída de abundantes pastagens naturais, com água farta, onde o gado é criado pela própria natureza. Assim, acreditamos que a maior possibilidade econômica do Estado é a pecuária. A agricultura em Goiás tem também sua importância, mas não pode competir em larga escala com a pecuária, que tem a seu favor tudo o que necessita para prosperar, dependendo tão somente da técnica e do planejamento. Sabemos que quando da divisão da população bovina pela população humana o quociente é 1,9, o novado interno está abastecido. Em Goiás o quociente é 3.



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE

Edifício Moacir Teles, 4.º andar (Praça do Bandeirante) Goiânia - Go.

Of. n.

Em _____

Do:

fls. 6

Ao:

Ass.:

Se houver um plano nacional com a preocupação de desenvolver as atividades pastorais, procurando por meio de cruzamentos de raças, obter o maior rendimento do gado de corte e leiteiro, Goiás passaria a ter os maiores rebanhos do Brasil, porque os seus campos irrigados pela natureza foram feitos para a pecuária. Finalmente parece-nos indispensável, à par da pecuária, criar-se indústrias de aproveitamento de riquezas naturais, abundantes entre nós, inclusive de produtos e subprodutos da pecuária.

- 10- No atual estágio econômico de nosso Estado, pode-se deixar a carga livre iniciativa o desenvolvimento do mesmo ou haveria necessidade de se criar autarquias ou órgãos de economia mista?

Exemplifique.

Embora o Governo deva prestigiar e estimular a iniciativa privada, não pode deixar que somente a ela incumba o desenvolvimento econômico de Goiás. Cumpre ao Governo instalar frentes de desenvolvimento onde quer que elas sejam reclamadas, ainda que a atividade oficial possa de algum modo concógrer com a livre iniciativa (contudo, na medida do possível a ação e lacunas do Governo deve ser supletiva, corrigindo deficiências e lacunas da iniciativa privada). Desde que autarquias ou órgãos de economia mista possuam condições efetivas de promover desenvolvimento, e que a sua atividade tenha suficiência igual ou superior à obtida pela iniciativa privada, é altamente recomendável que o Governo se faça atuante em qualquer terreno, em benefício do progresso do Estado de Goiás e da consequente melhoria dos padrões de vida do povo. Quanto aos serviços de utilidade pública, achamos que todos devem ser encampados pelo Estado.

- 11- Interessa para o desenvolvimento do nosso Estado, empréstimos internacionais? Segundo suas origens, devem ser selecionados?

Por quê?

É evidente que os empréstimos estrangeiros interessam ao processo de desenvolvimento de nosso Estado. Não deveriam ser relacionados, quanto a sua origem, mas sim quanto aos compromissos que os mesmos façam surgir. Achamos que toda negociação que tiver um caráter exclusivamente comercial, é benéfica. Já as negociações de empréstimo estrangeiro - o que é quase totalidade - que tiver implicações políticas, devem ser estudadas com a devida cautela, a fim de que não signifiquem compromissos de qualquer natureza que possam determinar riscos à soberania nacional. Não resta a menos dúvida, porém, que o capital estrangeiro, desde que não venha com o objetivo de espoliar ou colonizar, é bem vindo e pode acelerar, em muito, o processo de luta contra o subdesenvolvimento.

- 12- Acha V.S. que estes empréstimos traziam riscos à autonomia dos Estados e soberania do País? Por quê?

Pode, sem dúvida alguma, o empréstimo estrangeiro trazer riscos à soberania do País e a autonomia do Estado. A conturbada situação nacional, as grandes dificuldades financeiras, têm tido uma de suas origens principais nas grandes dívidas externas brasileiras, que estão comprometendo seriamente a soberania do País de vez que os credores, notadamente os Estados Unidos da América, fazem dos créditos já existentes a base para imposições de novas ajudas, uma arma de pressão política e de dominação econômica.



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE

Edifício Moacir Teles, 4.º andar (Praça do Bandeirante) Goiânia - Go.

Of. n.

Em _____

28. 7

Do:

Ao:

Ass.:

O Tema é de natureza complexa, mas de uma maneira geral o empréstimo estrangeiro significa sempre um compromisso a mais, e um risco maior à autonomia do Estado (sua falta de pagamento pode determinar a intervenção Federal, por força constitucional) e à soberania do país, como já ocorre nos tempos atuais.

- 13- Julga V.S. que o direito constitucional que têm os Estados de negociar diretamente com as potências estrangeiras deve sofrer restrições por parte do Governo Federal ou não? Por quê?
- Partindo do princípio de que os empréstimos estrangeiros, o quase todas as negociações, têm implicações de natureza política, e que, a política externa brasileira precisa ser uma, disciplinada e orientada; achamos que deve existir a restrição do Governo Federal. Apenas e somente o Governo Federal, através do Ministério das Relações Exteriores, tem condições para dar a melhor orientação as transações com o estrangeiro. Embora a tese não seja bastante válida no momento atual, quando o Governo Federal é absolutamente incompetente e sem pontos de vista definidos sobre coisa alguma, achamos que o direito constitucional dos Estados de negociar com o estrangeiro é invalidado. A política externa - e as implicações comerciais fazem parte do complexo político - deve ser única, orientada, a fim de invalidar, pelo menos em parte, os malefícios trazidos pelos compromissos que implicam na vida do capital estrangeiro.
- 14- Devenos estimular a instalação de empresas estrangeiras no Estado? Por quê? Em que setores?
- Não. Interessa ao Estado, por outro lado, a obtenção de instalação de ajuda técnica para que os recursos limitados nacionais tenham as condições de demarcação do processo industrial. A ajuda técnica se restringiria a setores de atividades básicos e não poderia trazer em si nenhum condicionamento de qualquer ordem.
- 15- Acha V.S. que o Governo deve participar, através de manifestações públicas pronunciamentos e publicidade, das lutas que se travam nacionalmente, como as das Reformas de Base? Por quê?
- Nenhum homem público que inibido de propósitos sinceros, pode ficar à margem das lutas que se travam nacionalmente, como as das Reformas de Base. A omissão de um governante é a abdicação intolerável de deveres contraídos com o povo, e a penalidade imposta por esse mesmo povo que se sentirá traído será duramente aplicada no supremo tribunal da opinião pública. Seja qual for a sua posição, o dever de participar das lutas não admite fuga. O diálogo Povo-Governo é uma das mais legítimas características da Democracia e a sua prática é extremamente saudável para o regime. Através da observação de massa, o Governo pode conhecer as aspirações populares, inclusive pela sua ordem de grandeza e profundidade, e então, estabelecendo a segunda via de comunicação do diálogo, responder ao povo mediante tomadas de posição, definição ideológica e atitudes caracterizadoras de suas intenções, sem desprezar naturalmente, as providências efetivas e realizações que atendam as reivindicações populares.
- Achamos, portanto, que o Governo deve participar através de manifestações públicas, pronunciamentos e publicidade, da discussão franca dos temas que ora agitam a opinião pública brasileira.
- 16- Dentre duas correntes básicas que existam no País, uma conservadora e outra reformadora, em qual está enquadrado o atual Governo de Goiás?



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE

Edifício Moacir Teles, 4º andar (Praça do Bandeirante) Goiânia - Go.

Of. n.

Em

Do:

fls. 8

Ass:

Ass:

No seu entender onde deverão estar? Por que?

O atual Governo de Goiás está enquadrado numa corrente reformadora. - Cumpre salientar, no entanto, que apesar de serem válidas todas as tentativas de governo planejado, de descentralização da burocracia, em fim de diversas outras reformulações da máquina administrativa do Estado, levadas a efeito pelo atual Governo, não existe uma preocupação de um desenvolvimento integral do Estado. A atuação do Governo neste sentido deveria ser mais consequente, a fim de atender, verdadeira -- mente, os reais interesses do povo goiano, do qual deve ser representante autêntico. Sabemos que a estrutura política partidária "instalada em Goiás" quase que proíbe a ação de um governo identificada com a luta popular. Isto, no entanto, não deverá esmorecer nem integrar os ideais que nortearam a atuação política do senhor Mauro Borges dentro da estrutura atual. A consciência crítica deste problema deverá conduzir, isto sim, a uma atitude de superação dos quadros existentes. Uma atuação consequente não poderia estar desvinculada de uma tática e uma habilidade política, para que o governo não caísse em posições -- quixotescas.

- 17- Acha V. S. que há agitação de opinião pública em âmbito nacional? - - Quais seriam as razões e as finalidades?

Inicialmente, deve-se esclarecer o que se entende por "agitação de opinião pública". Nós entendemos que, para os privilegiados - "agitacao" é a ameaça de qualquer mudança de estrutura e, portanto, de seu comodismo. Para o povo identificando com realidade brasileira, a movimentação desusada do povo corresponde a um despertar e um reconhecimento de seus direitos e, conseqüentemente, a uma necessidade de luta. Entendemos que realmente, o Brasil vive horas conturbadas e nos parece clara a situação de uma luta entre dois polos: uma, querendo manter privilégios e outro exigindo justiça social. Dentre as várias razões, que são de ordem estrutural, citamos a fome, a miséria, a mortalidade infantil, o analfabetismo como forças geradoras de inconformismo no que leva os oprimidos a lutar por uma sociedade mais justa e mais humana.

- 18- O regime em que vivemos é de Democracia Representativa? o que falta - para se completar?

A não participação dos analfabetos entre os eleitores brasileiros exclui a representação dessa classe no Legislativo e no Executivo. O ideal não seria permitir ao analfabeto votar, mas alfabetizá-lo para torná-lo eleitor. Todavia sua participação na escolha dos representantes do povo, na atualidade, é um direito que o Estado lhe não pode negar. Para completar, o povo precisa ser politizado, porque sem a conscientização das massas o povo não pode saber escolher seus representantes.

- 19- O voto do analfabeto é um comprometimento do regime Democrático? no - seu entender, qual seria a solução atual para este problema?

O direito de voto ao analfabeto representa um grande avanço no processo político nacional. Marginalizados do processo de escolha dos dirigentes do País é constituindo-se na grande maioria do nosso povo, os analfabetos são vistos pela classe dominante como simples objetos do processo histórico brasileiro. A situação em que nos encontramos, após



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE

Edifício Moacir Teles, 4.º andar (Praça do Bandeirante) Goiânia - Go.

Of. n.

Em _____

Do:

Fls. 6

Ao:

Ass.:

enfrentar várias eleições, é quase a mesma de muitos anos antes, justamente porque não interessa à minoria que decide estas eleições, uma participação decisória do povo. Enquanto não se der ao analfabeto o direito de voto, nunca erradicaremos o analfabetismo no Brasil (mais de 50%), porque não houve e nem haverá preocupação numa conscientização desta parcela marginalizada.

- 20- Acha V.S. que há necessidade de uma Reforma Agrária no País? Porque? Como deve ser feita e porque?

Sim.

Porque há muita terra improdutiva;
Porque o Governo se preocupa mais com o produto da colheita e relega/ a plano secundário a assistência ao homem do campo;
Porque muitos são donos da terra, mas não fazendeiros nem agricultores.

Em linhas gerais, deve ser feita da seguinte maneira:

- a) desapropriar terras improdutivas;
- b) possibilitar ao homem do campo adquiri-las;
- c) financiar o pequeno agricultor para que ele possa beneficiar a sua própria terra;
- d) criação de cooperativas para eliminar o intermediário e fixação de preço mínimo para o produto;

Nota: - Para o desenvolvimento econômico do País o ideal é a grande propriedade. Mas como essa solução agrava o problema social, porque muitos ficarão sem terra, a única solução é cooperativismo.

- 21- Faça ao movimento de associação e sindicalização do homem do campo e da cidade, como aos conflitos que surgem daí, qual acha V.S. deve ser a posição do Governo do Estado, através de seus órgãos competentes? -

Não poderia ser outra a posição do governo senão aquela que vise a melhorar e mais rápida conscientização e politização do povo.

As massas trabalhadoras do Brasil, de há muito vem acordando para um dos mais cruciantes problemas políticos de nossa Pátria, qual seja a' espoliação das massas por parte do capitalismo internacional de capitais da indústria e do comércio, por latifundiários e grandes criadores. É um problema social que enfrentamos e de qual se tenta agora, através da sindicalização em processo acelerado, colher os primeiros frutos.

O Governo, que é o povo ou deveria sê-lo, terá de olhar com simpatia estes movimentos, dando-lhes, na medida do possível e do legal, o melhor apoio. O futuro de nossa Pátria, entregue em quase todos os setores a mãos inescrupulosas e pouco honestas, terá que despertar o brasileiro para um movimento de reação violenta, se não contida esta desenfreada ganância e os meios que são empregados para fazer fortunas rápidas e pouco lícitas. Assim, ao Governo cabe olhar com simpatia mais esta tentativa de politização e conscientização de nosso povo.

- 22- Acha V.S. que o empregado deve participar no lucro e na gestão das empresas? se tanto o governo deveria dar exemplo através de seus órgãos de economia mista?



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE

Edifício Moacir Teles, 4º andar (Praça do Bandeirante) Goiânia - Go.

Of. n.

Em _____

Do:

fls. 10

Ao:

Ass.:

Achamos que o empregado de ve participar do lucro e da gestão das Empresas. E porque não, se ele é quem promove, com seu trabalho, o seu empenho, o seu sacrifício, e muitas vezes pouco remunerado, para o progresso e desenvolvimento crescente das empresas? Capital e trabalho unidos, é que promovem o bem estar, é que produzem as riquezas - que fazem uma nação próspera e feliz. Não se poderia pensar no Capital sem o trabalho do homem para fazê-lo multiplicar. Então seria de toda justiça que parte dos lucros auferidos com o trabalho seja repartido entre aqueles que foram parcelas nesses conseguidas.

No que tange ao Estado, através da sociedade de economia mista, pensamos da mesma maneira. As sociedades de economia mista, conforme a própria estrutura dessas empresas, nada mais são do que empresas comerciais do que o Estado é participante. O seu fim é lucrativo como lucrativo é o fim das demais empresas que não contam com o Capital do Estado. - Nas sociedades de economia mista, apenas o Estado é, quase sempre, o seu maior acionista. Não vemos porque não participem os empregados no lucro, e na gestão das empresas de capital misto, tais como CAGEGO, - CAESGO, IEBAGO, etc.

- 23- A educação deve ser um direito de todo o povo? Sabendo-se que a grande parcela não tem meios próprios, o Governo deve auxiliar ou ter sua rede própria de escolas, Por que?

Sim, lógico, porque "todos são iguais perante a lei".

Sem dúvida que o Governo deve ter sua rede própria de escolas, ampla e suficiente, de maneira a evitar o crescimento deste lastimável e elevado índice de analfabetismo.

Essa rede escolar deve ter condições de atender as populações escolares que não desfrutam de meios à frequência de uma escola particular, que, geralmente, cobra preços elevados.

Entendemos que o ensino, antes de tudo deve ser público, razão pela qual somente admitimos o auxílio do Estado àqueles estabelecimentos particulares que ministram o ensino gratuito, de vez que os demais fazem do ensino uma verdadeira indústria. Isto porque se trata de um problema que interessa à Ordem Pública, regulado pela própria Constituição Federal e legislação ordinária, estabelecendo as diretrizes e bases do ensino.

Assim, cremos tratar-se de um dever do Estado construir a sua rede própria de escolas, atendendo ao direito inpostergável do povo.

- 24 - Dentro dos graus de ensino: primário, secundário, técnico e universitário, quais pela ordem devem merecer preferências para uma ação mais efetiva do Governo?

Indiscutivelmente, o ensino primário deve merecer a decidida preferência para uma ação mais efetiva do Governo. Mais do que isso, achamos que, dentre todos os problemas públicos, o referente ao ensino, especialmente o ensino primário deve merecer prioridade real interesse do Governo. Isto porque:

- a) segundo preceito constitucional, contido no art. 168, nºs I e II, - o ensino primário é obrigatório e gratuito;
- b) o elevado índice de analfabetismo existente;
- c) ser o ensino básico para o desenvolvimento do povo;
- d) propiciar a participação maior do povo na escolha de seus representantes, dando-lhes condições de se tornarem eleitores.



CONSÓRCIO DE EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E NOTÍCIAS DO ESTADO - CERNE

Edifício Moacir Teles, 4.º andar (Praça do Bandeirante) Goiânia - Go.

Of. n.

Em

Do:

fls. 11

Ao:

Ass.:

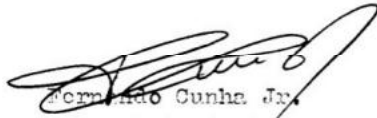
Em segundo plano, nessa ordem de preferência, colocaríamos o ensino médio, inclusive o técnico profissional, que reputamos de suma importância na preparação dos jovens para o trabalho, dando-lhes profissões e capacidade técnica à altura do desenvolvimento que experimenta o País e, particularmente, o Estado de Goiás.

O Ensino Universitário, presentemente, quando Goiás já desfruta de duas Universidades, uma Federal e outra Particular, seria um aspecto a não merecer maior interesse do Governo Estadual.

- 25- Como vê V.S. a situação nacional e suas implicações em planos internacionais, principalmente na esfera latino-americana? E a atuação do Governo do Estado diante dessa situação?

No Panorama latino-americano, o Brasil tem todas as condições para exercer a liderança que por muitos motivos lhe cabe. Reportando-nos, por exemplo, à conferência de Punta del Este, vemos que o documento então subscrito pelos países participantes e aludido à "Aliança para o Progresso", recomendava reformas de base, principalmente a reforma agrária. Mas nenhum país das Américas tomou providências reformadoras (Cuba já estava processando a sua reforma antes mesmo da citada reunião) e agora, o Presidente Balduino Terry, do Chile, intenta a reforma agrária em seu País. Ora, essa iniciativa pioneira tão bem poderia ter partido do Brasil e em verdade, em nosso Estado, o Governo promove a experiência dos Conselhos Agro-Urbãos que merece divulgação até mesmo no exterior, para colocar o Brasil, através do Estado de Goiás, na sua real posição no cenário latino-americano.

Goiânia, 29 de setembro de 1.963


Fernando Cunha Jr.
Superintendente